

Secretaria do Tesouro Nacional

Transferências Constitucionais de Repartição
Tributária – Fundo de Participação do
Municípios - FPM

**Uma contribuição à Discussão acerca dos
impactos do censo de 2010 sobre o FPM**

Junho - 2011

Considerações Preliminares - O Papel da STN

- Órgão técnico responsável pela execução das transferências constitucionais (repartição tributária), em conjunto com outras instituições que igualmente receberam responsabilidades legais;
- O cálculo dos coeficientes é atribuição do Tribunal de Contas da União, utilizando informações fornecidas pelo IBGE;
- Dentre suas atribuições destaca-se ainda o serviço de prestar informações aos estados e municípios em relação aos repasses realizados e as estimativas da receita conforme Receita Federal do Brasil.

Competência do TCU

- Art. 161, § único da CF: *“O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.”*
- Art. 5º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989: *“O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação e acompanhará, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que lhes dão origem.”*

Principal fator distributivo variável: Populacional.

Provável correlação identificada pelo legislador entre população e serviços públicos a serem prestados.

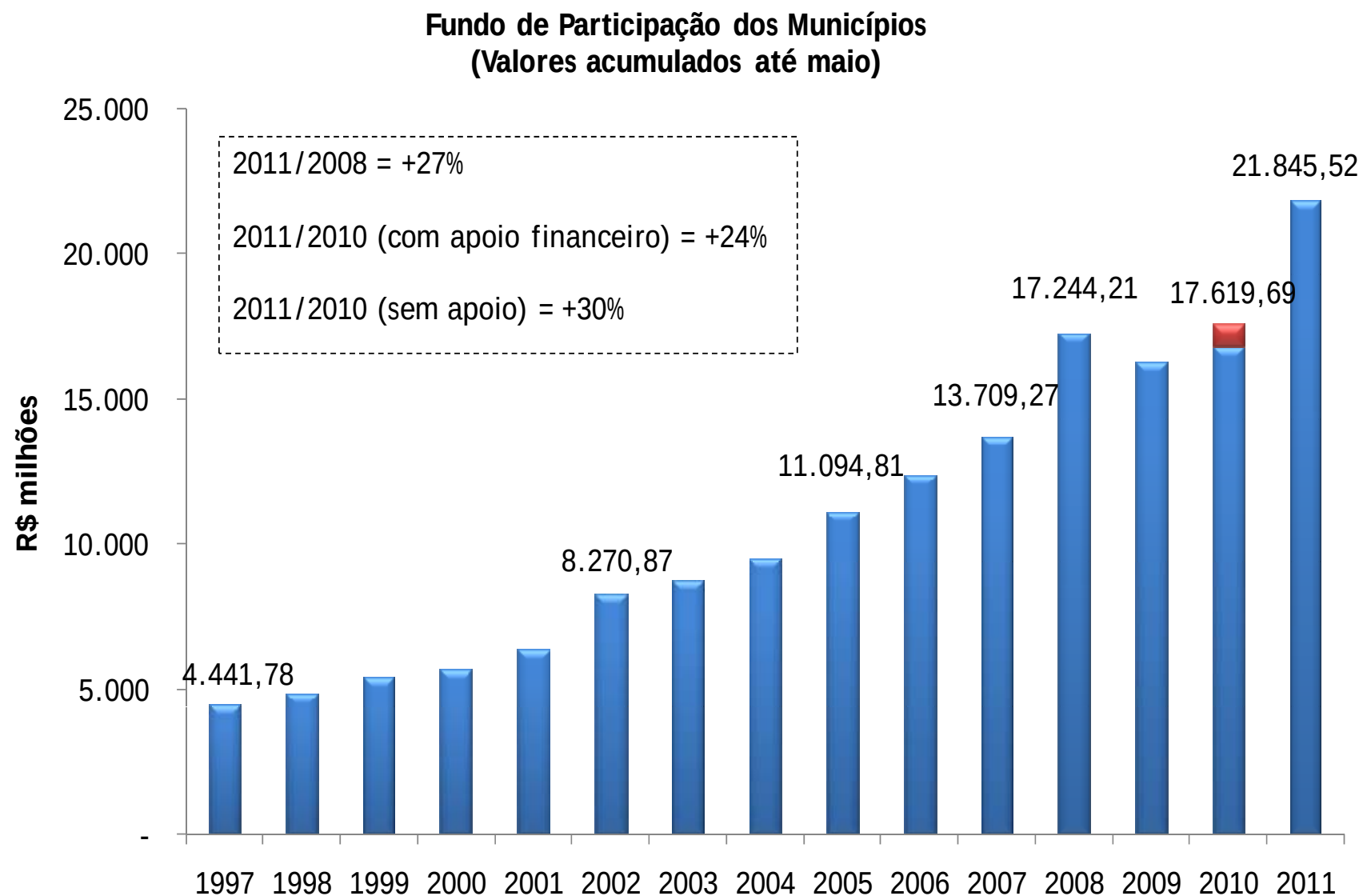
Cálculo dos coeficientes:

O TCU calcula as quotas referentes ao FPM com base nas informações de **população dos municípios** encaminhadas anualmente pelo **IBGE**.

Censo 2010 – impactos no FPM

- Do total de 5.564 Municípios que recebem repasses do FPM, 381 tiveram seus coeficientes individuais de participação (CIFPM) aumentados, e 172 foram diminuídos, considerando apenas os municípios do interior.
- Foram levantados os valores efetivamente repassados a título de FPM em 2010 e o acumulado até maio de 2011, para fins de comparação, considerando-se, portanto, o percentual de participação do município.
- Calculou-se também a previsão mensal de repasses para o restante de 2011, com base no Decreto nº 7.477, de 10 de maio de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira da União e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011.

Transferências Constitucionais – Fundo de Participação dos Municípios

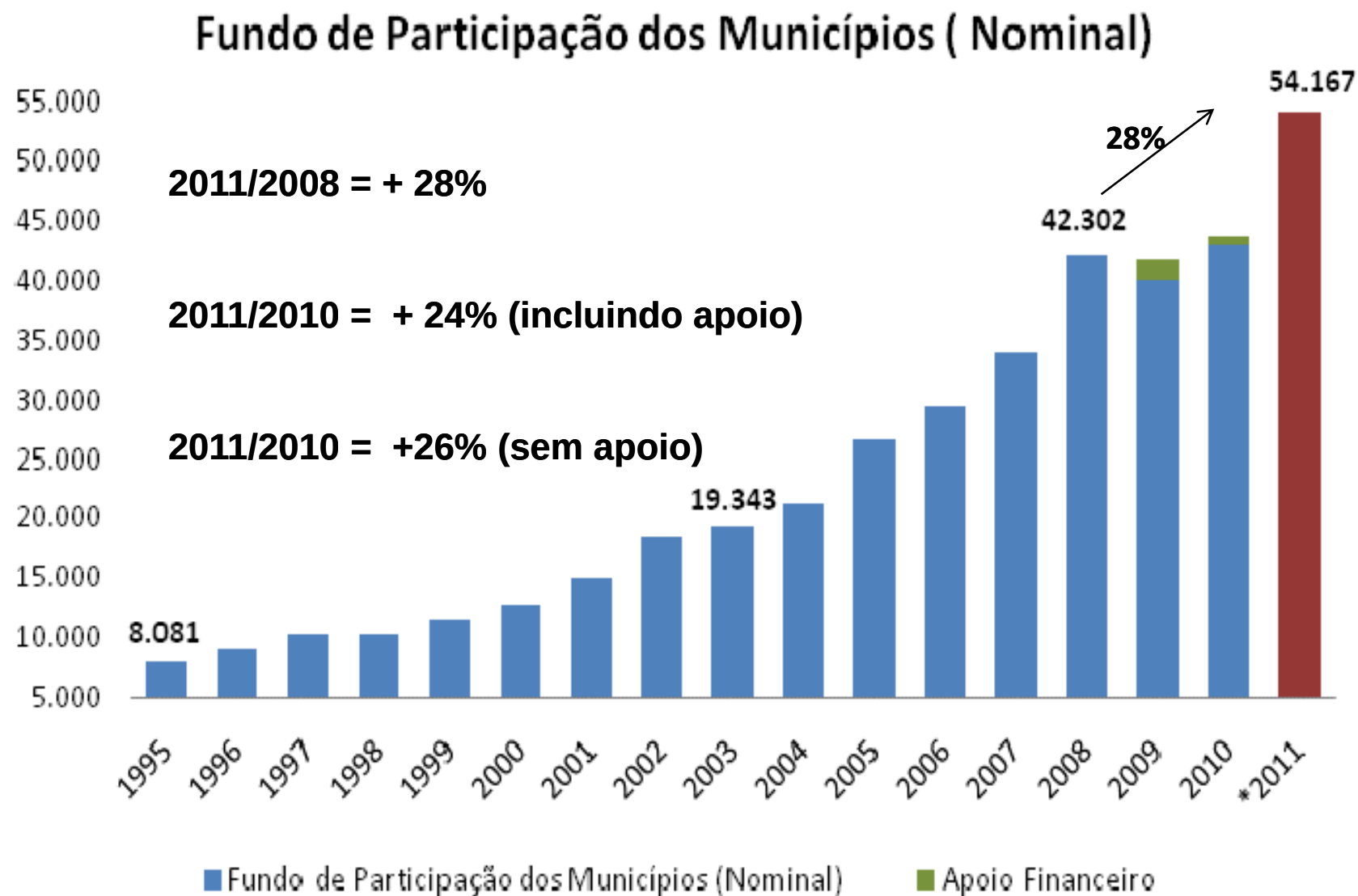


Fonte: COINT (FPM descontada a parcela do Fundeb).



Elaboração: Assec.

Transferências Constitucionais



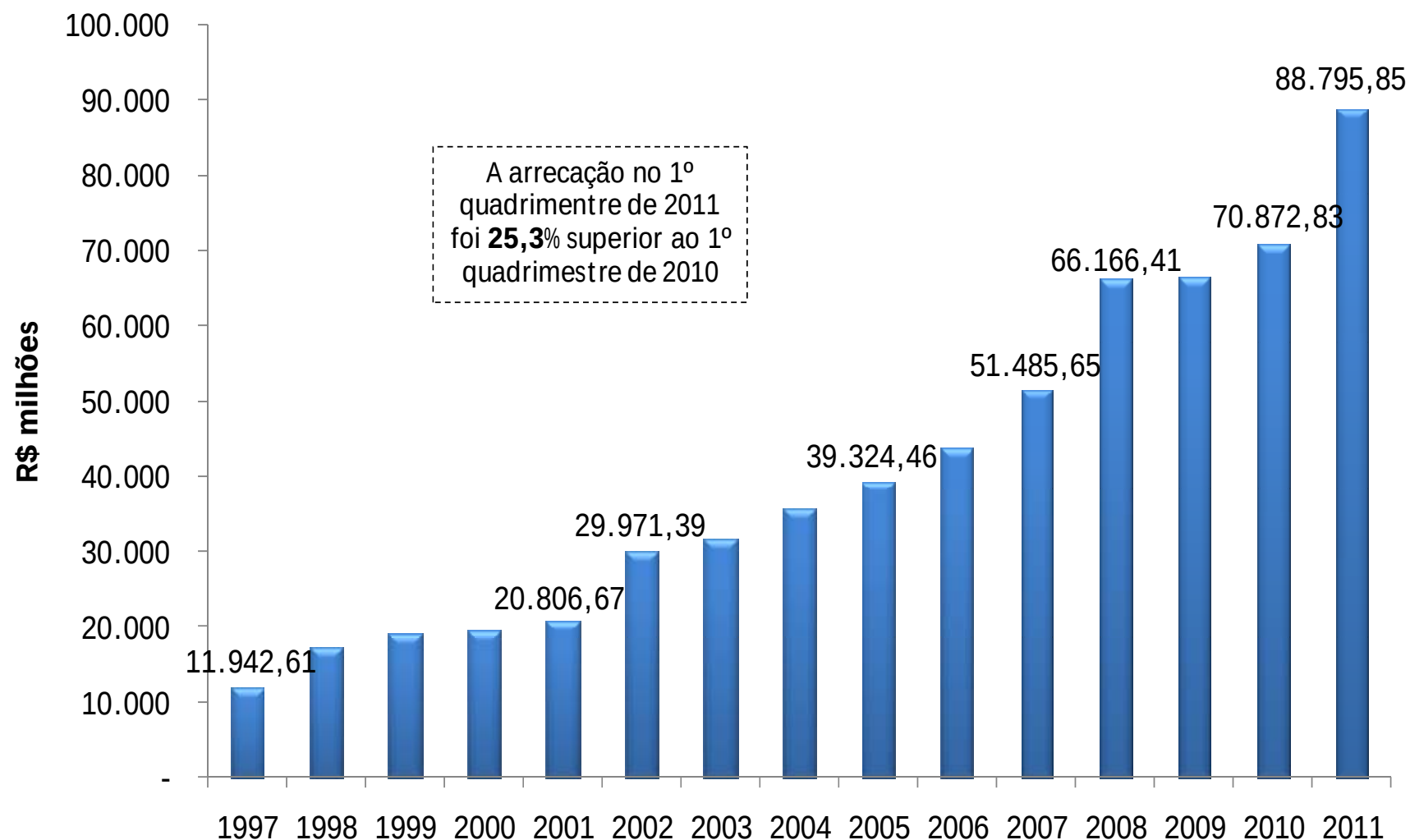
Fonte: COINT (FPM descontada a parcela do Fundeb). Elaboração: Assec.

TESOURO NACIONAL

* Previsão STN para 2011 considerando Decreto nº 7.477, de 10 de maio de 2011.

Arrecadação – Imposto sobre a Renda

Arrecadação de Imposto de Renda - IR
(Valores acumulados até abril)



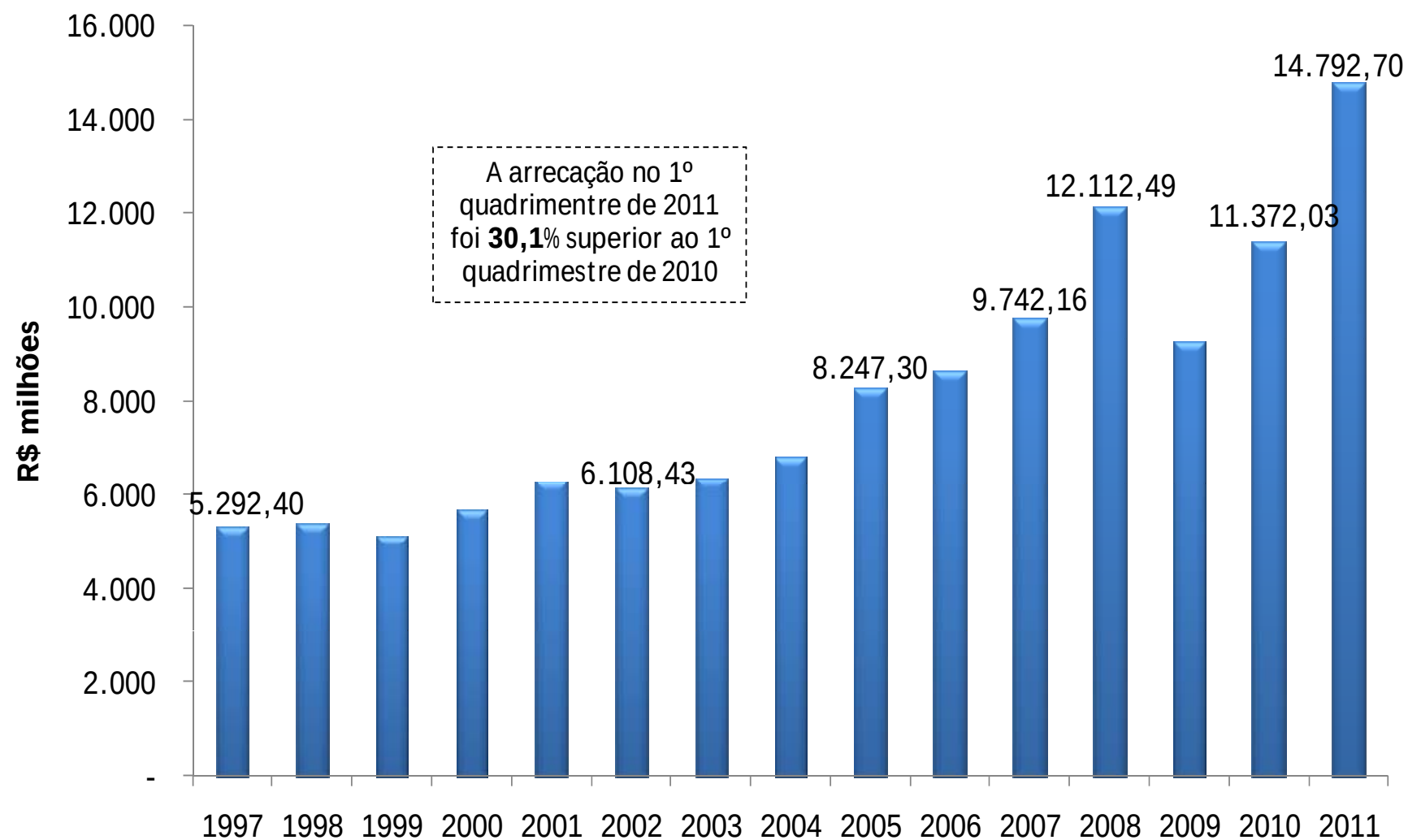
Fonte: RFB/STN.

 **TESOURO NACIONAL**

Elaboração: ASSEC.

Arrecadação – IPI

Arrecadação de Imposto sobre Produto Industrializado - IPI
(Valores acumulados até abril)



Fonte: RFB/STN

IESOURONACIONAL

Elaboração: ASSEC.

Transferências Constitucionais - 2011

Cotas do Fundo de Participação aos Municípios, incluindo parcela Fundeb – Não inclui Apoio Financeiro.

Período	FPM 2010	FPM 2011	Var FPM
1ª Cota Jan	1.681,14	2.811,15	67,2%
2ª Cota Jan	660,82	1.126,91	70,5%
3ª Cota Jan	1.444,52	1.771,16	22,6%
Janeiro	3.786,49	5.709,23	50,8%
1ª Cota Fev	3.295,61	4.620,66	40,2%
2ª Cota Fev	330,34	456,19	38,1%
3ª Cota Fev	997,09	1.074,00	7,7%
Fevereiro	4.623,03	6.150,86	33,0%
1ª Cota Mar	1.802,41	2.266,36	25,7%
2ª Cota Mar	378,02	308,84	-18,3%
3ª Cota Mar	1.253,83	1.440,20	14,9%
Março	3.434,25	4.015,40	16,9%
1ª Cota Abr	2.350,23	3.041,50	29,4%
2ª Cota Abr	477,54	470,44	-1,5%
3ª Cota Abr	1.286,97	1.673,61	30,0%
Crédito Extra	-	136,85	-
Abril	4.114,74	5.322,41	29,3%
1ª Cota Mai	3.604,94	4.225,73	17,2%
2ª Cota Mai	401,31	461,56	15,0%
3ª Cota Mai	1.059,84	1.421,71	34,1%
Mai	5.066,09	6.109,01	20,6%
Total	21.024,61	27.306,90	29,9%

Fonte: COFIN.

Elaboração: ASSEC

Censo 2010 – impactos no FPM

Avaliou-se a situação do FPM no acumulado até maio de 2010 e de 2011 dos 172 Municípios que tiveram diminuição de CIFPM.

Destes, somente 3 tiveram perda de receita.

- Ribeirão do Largo (BA)
- Faro (PA)
- Jacareacanga (PA)

Trata-se de casos atípicos, pois são municípios que tiveram altas reduções na sua população (2010/2009):

- Ribeirão do Largo (BA): -40,99%
- Faro (PA): -58,23%
- Jacareacanga (PA): -66,16%

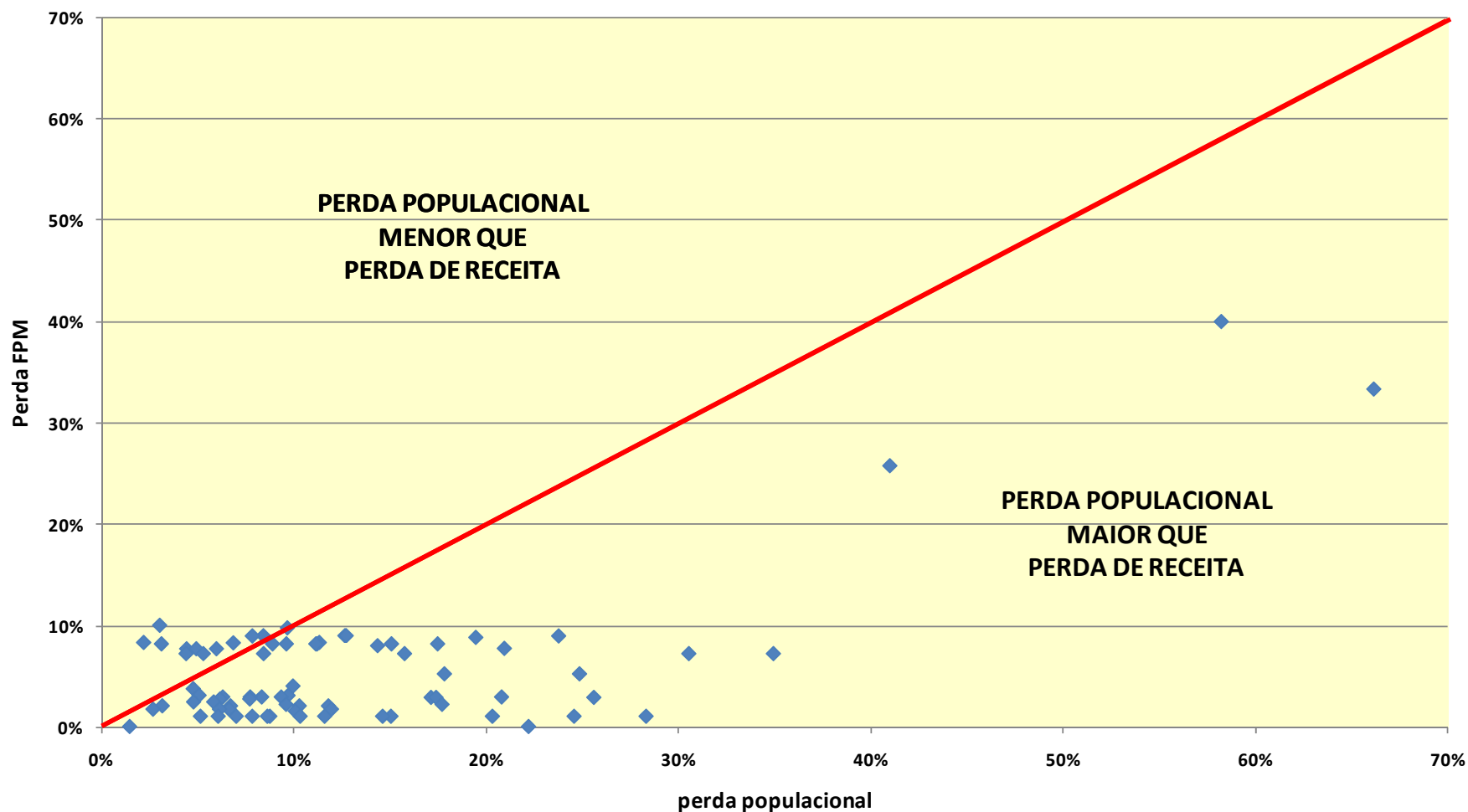
Censo 2010 – impactos no FPM

- Tomando por base a projeção para o ano de 2011, de acordo com o Decreto n.º 7.477/2011, dos 172 municípios que tiveram diminuição de CIFPM, há indicação de que 77 municípios receberão valor menor do FPM, em termos nominais, de acordo com o quadro abaixo.

Perdas no repasse	Nº de municípios
> 10%	4
Entre 9% e 10%	7
Entre 8% e 9%	15
Entre 7% e 8%	6
Entre 6% e 7%	0
Entre 5% e 6%	2
Entre 4% e 5%	2
Entre 3% e 4%	14
< 3%	27
Total	77

Censo 2010 – impactos no FPM

Comparação entre perdas % 2010 - 2011:
População (nº hab) X FPM (anual, R\$)



Censo 2010 – impactos no FPM

Mesmo com diminuição de CIFPM, as projeções indicam que 95 municípios receberão um valor do FPM maior em 2011, em termos nominais, de acordo com o quadro abaixo.

Perdas no repasse	Nº de municípios
> 10%	21
Entre 9% e 10%	8
Entre 8% e 9%	5
Entre 7% e 8%	2
Entre 6% e 7%	9
Entre 5% e 6%	8
Entre 4% e 5%	16
Entre 3% e 4%	1
< 3%	25
Total	95

Censo 2010 – impactos no FPM

- Há projetos de Lei em tramitação no Congresso que objetivam amenizar a perda de receitas dos municípios com queda no coeficiente mediante redutor progressivo por período de 10 anos.
- Tal procedimento já foi adotado pela Lei Complementar nº 91/97.
- No período de aplicação de redutor sobre as cotas do FPM houve muita decisão judicial contrária a sua aplicação, o que trouxe prejuízo ao processo de distribuição do FPM.
- Um levantamento feito para o período entre 2005 e 2007 localizou 50 ações judiciais contestando o redutor.

Obrigado!
Eduardo Coutinho Guerra
Subsecretário do Tesouro Nacional